



Sinergia contesta desconto anunciado pela Celesc
Página 3



29 a 31 de maio: vem aí o Congresso dos Empregados da Celesc
Página 2



CGTELETROSUL

MPT faz recomendações à CGT Eletrosul e Eletrobras sobre liberdade sindical

ENTRE AS RECOMENDAÇÕES, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COBRA MEDIDAS PARA EVITAR, FAZER CESSAR OU REPARAR CONDUTAS CHAMADAS DE "ANTI-SINDICAIS"

O Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região (Santa Catarina), tornou pública na semana passada a Recomendação n.º 3806.2025, de 24 de abril de 2025. Pelo documento, a instituição faz uma série de recomendações à direção da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras e à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul, em atenção à possibilidade de ampliação do diálogo social e de ajustamento espontâneo da conduta.

A Recomendação inicia "considerando que a liberdade sindical é garantia constitucional prevista no art. 7º, inc. XXVI, e art. 8º da CF/88, que alçou a garantia a direito humano fundamental", "que a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa destaca o compromisso dos Estados com o diálogo social e o tripartismo para a implementação da agenda do Trabalho Digno" e, ainda, "que a liberdade sindical é pressuposto para o adequado exercício das prerrogativas sindicais e para a efetiva tutela dos direitos dos trabalhadores, e que essa liberdade depende de diálogo social".

O documento ainda leva em conta o estabelecido na Convenção n.º 98, que afirma que "as organizações de trabalhadores serão protegidas contra ingerências de empregadores e de organizações de empregadores, quer diretamente quer por meio de seus agentes ou membros, em sua formação, funcionamento e administração"; a Convenção n.º 135 da OIT, que diz que "os representantes dos trabalhadores na empresa devem ser beneficiados com uma proteção eficiente contra quaisquer medidas que poderiam vir a prejudicá-los, inclusive o licenciamento, e que seriam motivadas por sua qualidade ou suas atividades como representantes dos trabalhadores, sua filiação sindical, ou participação em atividades sindicais"; e a Orientação n.º 11 da CONALIS/MPT: "a proteção contra transferência, dispensa ou conduta discriminatória em face de dirigente sindical ou de qualquer trabalhador com representação profissional constitui interesse que transcende a mera esfera individual, uma vez que o trabalhador está no exercício de um direito/função de representação da coletividade".

Por fim, a Recomendação ainda afirma que "se caracteriza como ato antissindical o ato de discriminação de natureza sindical ou que tenha por finalidade prejudicar, dificultar ou impedir de algum modo a organização, a administração, a ação sindical, o direito de sindicalização e a negociação coletiva" e que "o ato antissindical atenta contra a liberdade sindical e que a CONALIS executa projeto estratégico nacional de combate a atos antissindicais, em especial praticados contra trabalhadores/as e entidades sindicais profissionais, e que uma das principais vertentes do projeto é voltada ao diálogo social, com vistas a serem prevenidos eventuais conflitos, ser evitada a prática de atos antissindicais ou cessada eventual prática em curso".

Entre as Recomendações elaboradas pelo Ministério Público do Trabalho para a direção da Eletrobras e da CGT Eletrosul, estão as seguintes:

1. Adote medidas para a observância das normas e diretrizes acima indicadas relativas à liberdade sindical;

2. Adote medidas para evitar, fazer cessar ou reparar condutas antissindicais, especialmente as consistentes em restringir, de forma indevida, as atividades do sindicato profissional em benefício dos empregados da empresa e a livre atuação de representantes sindicais nos locais de trabalho;

3. Adote medidas para evitar, fazer cessar ou reparar condutas de dispensa ilícita de dirigentes sindicais;

4. Amplie o diálogo social com a entidade sindical profissional, a fim de a) facilitar o entendimento direto entre trabalhadoras, trabalhadores e o respectivo sindicato profissional, b) não criar quaisquer embaraços ou dificuldades às atividades do sindicato e de seus representantes sindicais, sem prejuízo de eventual atividade ministerial sobre o assunto, no âmbito administrativo ou judicial, caso necessário.

4.1. No prazo de 15 dias, realize reunião com o SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, considerando o que constou em audiência realizada perante o MPT no dia 07/11/2024, sem prejuízo de outras reuniões que se mostrarem necessárias para o avanço do diálogo social.

5. No prazo de 20 dias, confirme a ciência quanto à presente recomendação, bem como comprove nos autos as medidas adotadas para dar cumprimento aos termos recomendados".

O documento do Ministério Público do Trabalho foi assinado pela Procuradora Elysa Tomazi e foi bem recebida pelos sindicatos que compõem a Intersul. Não é de hoje que as direções da CGT Eletrosul e da Eletrobras vêm dificultando o acesso de dirigentes sindicais aos locais de trabalho, seja para diálogo com trabalhadores, seja para a entrega do jornal que informa a categoria sobre a luta por direitos, seja dificultando a livre atuação dos dirigentes sindicais junto aos trabalhadores dentro do espaço laboral.

A Intersul segue aberta ao diálogo e espera que a direção da CGT Eletrosul e da Eletrobras respeitem e façam cumprir a Recomendação do Ministério Público do Trabalho.

CNE envia correspondência à direção da Eletrobras

Nessa segunda-feira, 12 de maio, o Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) enviou uma correspondência à direção da Eletrobras pedindo esclarecimentos formais sobre o cumprimento da Cláusula 26ª do referido ACT. De acordo com a carta, informações prestadas pela própria Eletrobras registram que teriam sido realizados 1.068 desligamentos com data base de 26/03/2025, entre Programas de Demissão Consensual (PDC), desligamentos sem justa causa e os desligamentos através do PDCI. E que após esse número de demissões informado pela empresa, foram realizados novos desligamentos que o CNE acredita ter ultrapassado o limite fixado no Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026.

Por esse motivo, o CNE questiona na correspondência qual o número de desligamentos por empresa do grupo Eletrobras, quais os critérios objetivos dos desligamentos, se existe um plano de novos desligamentos até o fim da vigência do ACT e, em caso positivo, como a empresa pretende garantir o respeito aos limites contratuais.

O CNE pediu que as respostas sejam encaminhadas no prazo de até 5 dias úteis.

Celesc Pública volta ao debate no Congresso dos Empregados

Evento será realizado entre os dias 29 e 31 de maio, no hotel Quality, em Blumenau



Foram encerradas as inscrições para o 12º Congresso dos Empregados da Celesc, que será realizado no final do mês em Blumenau. Todas as vagas para o evento foram preenchidas e o Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, Paulo Horn, já encaminhou os nomes dos inscritos para a direção da Celesc, para que proceda a liberação do ponto dos trabalhadores que participarão do evento.

Os sindicatos da Intercel já enviaram a confirmação dos inscritos por e-mail e solicitaram que enviassem os dados para antecipação do check in no hotel - evitando, dessa forma, que sejam formadas grandes filas no momento da chegada no Congresso, que será realizado no

próprio hotel Quality. Demais questões, como logística, serão informadas pelo sindicato de sua base em data próxima ao evento.

Os sindicatos da Intercel e o Conselho eleito também entregaram os convites para a mesa de abertura do evento à classe política de Santa Catarina, incluindo o governador Jorginho Mello (PL). No último Congresso, realizado em Joinville, a mesa de abertura foi bastante prestigiada, com a presença de deputados estaduais, federais, além do próprio Jorginho Mello - à época, Senador da República. No evento, Jorginho, pré-candidato ao governo, defendeu a manutenção da Celesc enquanto empresa pública.



Conselheiro e dirigente do Sindinorte entregam convite ao governador Jorginho

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sinergia participa de debate sobre Inteligência Artificial em Florianópolis

Evento foi organizado pela Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego em Santa Catarina



Na foto, os dirigentes Carlos Alberto de Souza e Leonardo Contín, junto ao Superintendente do MTE, Paulo Eccel, e a vereadora de Criciúma, Giovana Mondardo

Dirigentes da Sinergia participaram entre os dias 7 e 8 de maio do evento "Diálogos do Trabalho SC: Os mundos do trabalho em tempos de inteligência artificial". O evento debateu os impactos cada vez maiores da inteligência artificial nos diversos setores da sociedade, com foco no meio laboral. O termo "mundos do trabalho", no plural, pre-

tendia dar a perspectiva de que as diferentes categorias profissionais terão impactos distintos com as novas tecnologias ao longo dos anos.

De acordo com o dirigente da Sinergia Carlos Alberto de Souza, "o evento foi excelente, tivemos palestras com ótimos profissionais, como da ABIN e trabalhadores que atuam com mídias sociais e novas tecnologias. Percebemos que diversas categorias já estão sendo afetadas pelas novas tecnologias e precisaremos nos organizar para resistir e manter nossos empregos enquanto categoria eletricitária". Carlos concluiu que "a inteligência artificial precisa vir, sim, para proporcionar melhores condições laborais e mais descanso à classe trabalhadora".

O evento foi promovido pela Superintendência do Ministério do Trabalho, em parceria com a Escola do Legislativo, FIESC, UFSC, DIEESE, entre outras entidades parceiras. Além da Sinergia, mais de trinta sindicatos de todo o estado enviaram representantes ao evento.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

ACT Fecoeusc e Ocesc



Na quinta-feira, 8 de maio, foi realizada a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo com a direção das Cooperativas Fecoeusc e Ocesc, em Tubarão. De acordo com o Coordenador do Sintresc, José Paulo dos Reis, sindicato responsável pela negociação, "tivemos avanços importantes com a negociação das Cooperativas que chegaram no reajuste do INPC do período, mas o Sintresc avalia que ainda podem melhorar a proposta para chegarmos em um consenso". Uma nova rodada de negociação será realizada nos próximos dias.

ACT Cerej



O Sinergia está aguardando a direção da Cerej confirmar a data da nova reunião de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. Na semana passada, o Sinergia conheceu as novas instalações da Cooperativa, em Três Riachos, no município de Biguaçu. O sindicato acompanha se a mudança não trará prejuízos aos trabalhadores da Cooperativa.

Desconto PLR 2024 na Celesc

A Celesc mais uma vez não realizou o desconto da contribuição da 2ª parcela da PLR 2024 de diversos trabalhadores - especialmente técnicos e profissionais de nível superior. O entendimento da Intercel, composta pelos sindicatos majoritários, é que **representa todos os eletricitários**, independente de seu cargo, e o desconto deveria ser aplicado da mesma forma. A realidade, entretanto, é muito diferente, já que a empresa opta por não realizar o desconto nem mesmo daqueles técnicos e profissionais de nível superior que são filiados aos sindicatos da Intercel. Caso você queira reconhecer o trabalho da Intercel e contribuir com a luta, pode procurar o seu sindicato e solicitar a Carta-Desconto da PLR 2024. Os sindicatos receberão o documento **até o fim de maio** e a encaminharão para a direção da empresa, para que façam o desconto na folha salarial do mês seguinte.

Planejamento CNE



O Coletivo Nacional dos Eletricitários retomou na semana passada o planejamento iniciado em janeiro no Rio de Janeiro. Desta vez, o encontro ocorreu em Brasília e contou com a representação das pessoas que trabalham na Eletrobras, Eletronorte e CGT Eletrosul. Na reunião, foram tratados assuntos referentes à reestatização da Eletrobras, organização política e financeira do CNE.

Reajustes nos Planos Celos Saúde e Celos Saúde Essencial

O Conselho Deliberativo da Celos aprovou em reunião extraordinária realizada no início de maio, o reajuste de 18,6% dos Planos Celos Saúde e Celos Saúde Essencial para o período de maio de 2025 a abril de 2026.

A ata da reunião extraordinária chama a atenção pelo fato de o percentual de 18,6% não ter sido aprovado pelos representantes eleitos pelos participantes e aposentados e não ter sido o percentual encaminhado pela equipe técnica da Celos e pela Diretoria Executiva da Fundação para deliberação do COD. Os estudos realizados pelos técnicos da Celos, pela consultoria contratada e pela Diretoria Executiva propunham um reajuste de 13,05%. A aprovação do percentual de 18,6% ocorreu depois de um empate na votação e do presidente do Conselho indicado pela Celesc, Fernando Yamakawa, desempatar pelo percentual maior.

Segundo o conselheiro eleito João Maciel, apesar de ainda elevado, o reajuste de 13,05% proposto pela Diretoria da Celos considerava a reversão da rentabilidade do fundo assistencial à operação dos Planos de Saúde, reduzindo o impacto imediato em um cenário conservador dos resultados dos investimentos "nesse ano, temos uma Selic terminal apontada pelo relatório Focus de 14,75%, possibilitando a alocação dos recursos do fundo assistencial em investimentos conservadores de renda fixa e, consequentemente, compensando a necessidade de receita direta para os planos vindo diretamente do aumento da mensalidade

de empregados e aposentados" explicou João.

Chama atenção que o voto dos representantes indicados pela Diretoria da Celesc no Conselho Deliberativo, Elisabeth Coelho da Silva, Emerson Edson dos Santos de Azevedo e Fernando Yamakawa, esse último presidente do Conselho Deliberativo, foram contrários ao encaminhamento da Diretoria Executiva, que contou com a orientação do Diretor Presidente da Celos, Ivecio Felisbino Filho, também indicado pela patrocinadora Celesc.

"Os votos dos conselheiros da patrocinadora para pesar a mão no reajuste e penalizar os empregados e aposentados da Celesc foram justificados por, segundo registro do próprio presidente do Conselho, Fernando Yamakawa (acompanhado pelos demais conselheiros indicados, Elisabeth Coelho da Silva e Emerson Edson dos Santos de Azevedo), estudos e simulações próprias 'de caráter meramente ilustrativo' o que torna a decisão ainda mais indefensável" reforça João Maciel.

A Intercel questiona a Diretoria Executiva da Celesc e seus indicados no Conselho Deliberativo da Celos: qual o interesse de gerar um maior custo aos participantes com relação aos Planos de Saúde? Será uma tentativa de forçar as pessoas a migrarem de plano e perderem o benefício pós-emprego? A Diretoria da Celesc repassará a diferença de mais de 5% do aumento dos Planos na negociação do Acordo Coletivo como ganho real?

Sinergia contesta desconto anunciado pela Celesc

A Celesc pagou, durante 14 meses, adicional de despachante acima do acordado em ACT e anunciou que, a partir de maio, iniciaria o desconto parcelado dos valores pagos a mais. Em resposta, o Sinergia - sindicato integrante da Intercel - protocolou correspondência ao Diretor de Gestão Corporativa, Sr. Lino Pedroni, solicitando a suspensão dos descontos. O sindicato argumenta que as verbas alimentares recebidas de boa-fé pelos trabalhadores não devem ser devolvidas, conforme jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Em destaque, a decisão da 2ª Turma do TST no processo RR-879-41.2011.5.09.0003 reforça que "é incabível a exigência de devolução dos valores recebidos a mais de boa-fé", aplicando-se por analogia a Súmula 249 do TCU. No último dia 12, em reunião com representantes da Intercel, o Diretor de Distribuição, Claudio Varella, informou que solicitou ao DPGP que não executasse o referido desconto.

17 de maio: Dia Internacional contra a Homofobia

O Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia é celebrado em 17 de maio. A data não é arbitrária, foi escolhida para marcar a histórica decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de remover a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, em 1990. Este dia simboliza um avanço crucial na luta pelos direitos humanos e na despatologização das identidades LGBTQIA+. A importância desta data transcende a comemoração. Ela serve como um farol, iluminando os desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+ em sua luta diária contra a discriminação, a violência e a exclusão social. Ao proporcionar visibilidade às suas experiências, o dia estimula a consciência pública sobre a gravidade e a prevalência desses problemas. Não se trata apenas de um lembrete anual, mas de um grito contínuo por justiça e igualdade. A celebração também é momento de solidariedade. Ela fortalece o apoio às vítimas de homofobia, transfobia e bifobia, oferecendo um ambiente mais acolhedor e seguro. Este apoio é vital para a construção de uma sociedade inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, possam viver com dignidade e respeito. O dia incentiva a criação e a implementação de políticas públicas que protejam os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+. Através de mobilizações e campanhas, pressionam governos e instituições a adotarem medidas concretas contra leis e práticas discriminatórias. A advocacia não se limita a reivindicar direitos; ela busca transformar estruturas sociais e legais que perpetuam a desigualdade. Reprodução: www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/o-dia-internacional-contra-a-homofobia

RETIFICAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária, publicado no jornal Linha Viva do dia 08/05/2025, onde se lê:

"A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis - SC - CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vem convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da CELESC Distribuição S/A, CGT ELETROSUL - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, ENGIE Energia S/A, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior, São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A e FOZ DO CHAPECÓ Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara. Para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 09/05/2025 (sexta-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min."

ORDEM DO DIA

1 - Eleição para preenchimento de 04 (quatro) vagas existentes na Diretoria Colegiada do SINERGIA, mediante voto por aclamação, obedecendo o seguinte procedimento:

1.1. A inscrição deverá ser feita pessoalmente pelos candidatos no sindicato, na assembleia;

1.2. Poderá se candidatar a pessoa associada que, na data da realização do primeiro escrutínio, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e estiver em dia com as suas mensalidades sindicais;

1.3. A votação será realizada após a chamada do último associado que registrou presença no Livro de Presença de Assembleias."

Leia-se:

"A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis - SC - CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vem convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da CELESC Distribuição S/A, CGT ELETROSUL - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, ENGIE Energia S/A, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior, São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A e FOZ DO CHAPECÓ Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara. Para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 23/05/2025 (sexta-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min."

ORDEM DO DIA

1 - Eleição para preenchimento de 03 (três) vagas existentes na Diretoria Colegiada do SINERGIA, mediante voto por aclamação, obedecendo o seguinte procedimento:"

1.1. A inscrição deverá ser feita pessoalmente pelos candidatos no sindicato, na assembleia;

1.2. Poderá se candidatar a pessoa associada que, na data da realização do primeiro escrutínio, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e estiver em dia com as suas mensalidades sindicais;

1.3. A votação será realizada após a chamada do último associado que registrou presença no Livro de Presença de Assembleias."

As demais cláusulas e disposições constantes do Edital publicado no dia 07/05/2025 permanecem inalteradas, conforme acima reproduzidas. Florianópolis, 9 de maio de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

Polícia Militar agride com fogo pessoas em situação de rua em Florianópolis

Era uma noite de chuva e frio, mas isso não impediu a tortura policial



Nesta segunda-feira, dia 12, às 23h20, cerca de seis policiais militares agrediram covardemente pessoas aparentemente em situação de rua que dormiam embaixo da marquise do prédio do INSS, na rua Marechal Guilherme, centro da capital.

Em um trecho do vídeo que circula nas redes sociais, possivelmente filmado da janela de um apartamento, um dos policiais atea fogo no papelão para queimar, mais de uma vez, os civis que estavam deitados. Golpes com cassetetes também foram desferidos nas costas das pessoas, além de chutes e agressões verbais.

Era uma noite chuvosa e fria, com temperatura mínima de 15 graus, e os policiais, pagos com dinheiro público para proteger a sociedade de criminosos, preferiram intimidar e expulsar pessoas que simplesmente dormiam na calçada pública.

Veja o vídeo no QR code abaixo:



A Polícia Militar publicou a seguinte nota de esclarecimento na terça-feira, dia 13: "Os devidos fatos serão objeto de inquérito policial militar (IPM), com o objetivo de apurar todas as circunstâncias envolvidas e individualizar eventuais condutas que possam configurar crime por parte de profissionais envolvidos. A corporação esclarece que não compactua com qualquer tipo de excesso ou violência e que preza pela atuação dentro dos princípios legais, respeitando os direitos humanos e a dignidade de todos os cidadãos. Após a conclusão da apuração, o procedimento será encaminhado para apreciação do Ministério Público e do Poder Judiciário, conforme previsto na legislação".

A prefeitura de Florianópolis, em nota à NSC, disse que: "O fato precisa ser apurado pela Polícia Militar. É importante destacar também que, cada vez mais, nas ações diárias da Prefeitura, os agentes encontram pessoas em situação de rua portando armas, facas e, principalmente, fazendo o uso de drogas, comprovando que essa população que chega na cidade está mais agressiva. Recentemente, provocaram incêndios em vias públicas. A administração municipal oferece alimentação diária e cursos de capacitação na passarela da cidadania para aqueles que desejam ser reinseridos na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, viabiliza passagem para que eles possam retornar à cidade de origem e para o apoio da família".

A passarela da cidadania é o único local que a prefeitura disponibiliza para pessoas em situação de rua dormirem e se alimentarem, o espaço era utilizado originalmente para desfiles de Carnaval e agora vem sendo utilizado como um "depósito de pessoas", termo utilizado pelo Relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) devido à sua condição precária.

Florianópolis tem 3.725 pessoas em situação de rua de



Imagem: Floripacentro

acordo com o CadÚnico, já a Passarela da "cidadania", tida como solução pela prefeitura, possui apenas 250 vagas. E quanto aos 3.475 que não cabem na passarela? Também não podem se abrigar da chuva em espaços públicos?

O único restaurante popular da cidade, que atendia gratuitamente pessoas em situação de rua, foi fechado em fevereiro deste ano. Quais são as verdadeiras opções para quem não tem um teto para dormir?

Os sindicatos da Intercel e da Intersul acompanharão as atualizações sobre as pessoas torturadas pela Polícia Militar. Dignidade humana é o mínimo!



Pão com ovo servido na Passarela da Cidadania durante café da manhã do dia 26 de maio de 2023. Foto: Anthony Cervinski

O mundo perde Pepe Mujica



Foto: Ricardo Stuckert

Morreu nessa terça-feira, 13 de maio, o ex-Presidente do Uruguai, José "Pepe" Mujica, aos 89 anos. Mujica anunciou no ano passado ter sido diagnosticado com câncer no esôfago, que mais tarde se espalhou para outros órgãos. Ele também sofria de uma doença imunológica crônica. No início da semana, sua esposa, Lucía Topolanski, havia anunciado que ele estava em estado terminal, com cuidados paliativos.

Além de Presidente do Uruguai, Mujica também foi deputado, senador, guerrilheiro e preso político, liderança bastante exaltada em toda a América Latina. Ele ficou mundialmente conhecido pela simplicidade e por seu discurso anticonsumista. Durante sua gestão como presidente, tomou medidas progressistas que deram destaque ao Uruguai no cenário internacional.

Quem foi Pepe Mujica?

Pepe Mujica nasceu em 1935 num bairro simples da capital uruguaia, Montevideu. Ele ingressou ainda jovem no Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros –, que defendia a luta armada como maneira de enfrentar o governo autoritário da época. Ele foi torturado pela ditadura e preso por mais de 14 anos.

Após o fim da ditadura e com a anistia decretada em 1985 no Uruguai, Mujica ajudou a fundar o Movimento de Participação Política (MPP), dentro da coalizão Frente Ampla, agremiação de esquerda que lutava por reformas e por maior inclusão social.

Em 1994, Mujica foi eleito pela Frente Ampla como deputado por Montevideu. Em 1999, foi eleito senador. Em 2004, foi reeleito como o senador mais votado do Uruguai. Em 2009, foi eleito presidente do Uruguai pela Frente Ampla e se tornou conhecido em todo o mundo pela sua simplicidade, que contrastava com o estilo luxuoso de outras lideranças políticas internacionais. Mujica seguiu, mesmo após ser eleito presidente, vivendo em sua chácara nos arredores de Montevideu e dispensou carrões de luxo para seguir conduzindo seu Fusquinha azul 1987.

Durante a gestão de Mujica foram criadas políticas habitacionais para pessoas de baixa renda, promoveu a lei que regulamentou e passou para o Estado a produção e venda de maconha no Uruguai, concedeu refúgio a prisioneiros de Guantánamo que estavam encarcerados há anos sem julgamento e apoiou a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Mujica encerrou o mandato como presidente com altos índices de aprovação e com reconhecimento dentro e fora do país pelas mudanças implementadas no Uruguai. Ele ainda foi novamente eleito senador em 2015 e em 2019, mas renunciou ao cargo em 2020 por problemas de saúde durante a pandemia de Covid-19.

Em dezembro passado, o presidente Lula concedeu a Mujica a maior honraria do Brasil: a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul.